

Linha do Tempo do Baixo Amazonas Paraense: (Re)Territorialização de um Espaço de Várzeas



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 366

Linha do Tempo do Baixo Amazonas Paraense: (Re)Territorialização de um Espaço de Várzeas

*Alfredo Kingo Oyama Homma
Norton Amador da Costa
Alexandre Rossetto Garcia
Jair Carvalho dos Santos*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n.
Caixa Postal 48. CEP 66095-100 - Belém, PA.
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845
www.cpatu.embrapa.br
sac@cpatu.embrapa.br

Comitê Local de Editoração

Presidente: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*
Secretário-Executivo: *Walkymário de Paulo Lemos*
Membros: *Ana Carolina Martins de Queiroz, Célia Regina Tremacoldi, Luciane Chedid Melo Borges*

Revisão Técnica: *Gladys Martinez* – Embrapa Amazônia Oriental
José Ribamar Felipe Marques – Embrapa
Amazônia Oriental
Tereza Maria Ximenes Ponte – Naea/UFPA

Supervisão editorial: *Luciane Chedid M. Borges*
Supervisão gráfica: *José Gomes da Costa*
Revisão de texto: *Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana*
Normalização bibliográfica: *Regina Alves Rodrigues*
Editoração eletrônica: *Orlando Cerdeira Bordallo Neto*

1ª edição

Versão Eletrônica (2010)
1ª impressão (2011): 300 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental

Linha do tempo do Baixo Amazonas Paraense: (re) territorialização de um espaço de várzeas / Alfredo Kingo Oyama Homma ... [et al.]. – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2010.

62p. : il. ; 21cm. (Documentos/ Embrapa Amazônia Oriental, ISSN 1983-0513; 366)

1. Agricultura familiar – Pará – Amazônia - Brasil. 2. Ciclo econômico. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Várzea. 5. Curauá. 6. Cacaú. I. Homma, Alfredo Kingo Oyama. II. Título. III. Série.

CDD: 338.109811 (21. ed.)

© Embrapa 2011

Autores

Alfredo Kingo Oyama Homma

Engenheiro-agrônomo, Doutor em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA.

homma@cpatu.embrapa.br

Norton Amador da Costa

Médico-veterinário, Pesquisador aposentado da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA.

Alexandre Rossetto Garcia

Médico-veterinário, Doutor em Reprodução Animal, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA.

argarcia@cpatu.embrapa.br

Jair Carvalho dos Santos

Engenheiro-agrônomo, Mestre em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Acre, Rio Branco, AC.

jair@cpafac.embrapa.br

Apresentação

O trabalho Linha do Tempo do Baixo Amazonas Paraense: (Re)Territorialização de um Espaço de Várzeas, dos pesquisadores Alfredo Kingo Oyama Homma, Norton Amador da Costa, Alexandre Rossetto Garcia e Jair Carvalho dos Santos, fazem parte do conjunto de atividades que foi desenvolvido na Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, executado pela Embrapa Amazônia Oriental.

Estes dados coletados sobre a cronologia dos acontecimentos diretos e conexos servem como balizadores para efetuar comparações com os acontecimentos futuros. Comprova que os problemas da Amazônia não são independentes, mas inter-relacionados com os eventos de outras partes da região, do país e do mundo.

Na Amazônia, a agricultura das várzeas sempre tem sido afetada pela magnitude das enchentes ou das vazantes extremas. Em 01 de julho de 2009, a cota do Rio Negro, que mantém as medições a partir de 1902, registra o recorde histórico com a cota de 29,77 m, suplantando a cheia recorde de 1953, com 29,69 m.

Em 2005, a despeito da cota do Rio Negro indicar 14,75 m, sendo a sétima vazante no ranking, os seus efeitos foram dramáticos: impediu a navegação fluvial para as comunidades, mortandade de peixes e colapso da produção das várzeas. Em 24 de outubro de 2010 atinge o recorde histórico de menor vazante,

com a cota de 13,63 m, superando a mínima de 1963, com 13,64 m. Os seus efeitos foram ampliados com a atual magnitude da população residente, tanto urbana como rural.

Com exceção de algumas grandes cheias e secas do Rio Amazonas, o que se assiste na região são alterações da natureza provocadas pela ação humana. É possível reduzir esses impactos ambientais, sobretudo na agricultura, com o emprego de tecnologias que aumentem a produtividade da terra, reduzam a destruição dos recursos naturais e que não transformem a calha do Rio Amazonas e de seus afluentes em depositário dos efluentes das populações que vivem nas suas áreas de influência.

Como a maioria dos afluentes do Rio Amazonas tem suas nascentes nos países vizinhos, há necessidade de se criar um condomínio dos países da Bacia Amazônica com vista a discutir e decidir seu futuro. Construções de hidrelétricas, extração de petróleo e gás, grandes plantas industriais e agrícolas, urbanização desenfreada, etc., potencializam o poder de destruição da natureza.

Espera-se que este trabalho sirva como indicador para o futuro das transformações positivas, evitando os erros do passado. A responsabilidade pela destruição da Amazônia não depende somente daqueles que a praticam diretamente, mas também dos usuários dos produtos obtidos de forma não sustentável. Somos todos responsáveis.

Essa responsabilidade conduz ao corolário de que todos têm oportunidade de contribuir para uma Amazônia mais sustentável. Se o desenvolvimento sustentável é impossível, um desenvolvimento mais sustentável é possível e deve ser procurado com a aplicação de recursos físicos e intelectuais, na geração e transferência de tecnologias ambientalmente menos agressivas.

Claudio José Reis de Carvalho

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Sumário

Linha do Tempo do Baixo Amazonas Paraense: (Re)Territorialização de um Espaço de Várzeas	9
Introdução.....	9
Linha de tempo na ocupação do Baixo Amazonas.....	18
A colonização portuguesa	19
Ciclo do cacau.....	22
Início da construção da Estrada de Ferro Carajás	40
As discussões com relação ao asfaltamento da BR-163	50
A experiência com curauá.....	51
Fortalecimento da Agricultura Familiar	51
Literatura recomendada	61

Linha do Tempo do Baixo Amazonas Paraense: (Re) Territorialização de um Espaço de Várzeas

Alfredo Kingo Oyama Homma

Norton Amador da Costa

Alexandre Rossetto Garcia

Jair Carvalho dos Santos

Introdução

Ao longo destes últimos quatro séculos, a Mesorregião do Baixo Amazonas passou por sucessivos ciclos econômicos e foi-se transformando pela força da inércia econômica, social e política, com a transferência de problemas para o ciclo seguinte. Do ciclo das drogas do sertão, seguiu o do extrativismo e plantio semidomesticado de cacaueteiro, que perdurou por quase dois séculos até a época da Independência do Brasil e que marcou uma fase decisiva da economia paraense. A transferência das mudas de cacaueteiro para a fazenda de Antônio Dias Ribeiro, Município de Canavieiras, na Bahia, em 1746, por Louis Frederic Warneaux, levou à gradativa perda de importância do cacau paraense com a expansão dos plantios racionais no seu novo local.

Com o declínio da economia cacaueteira inicia-se o extrativismo da seringueira, que marcou a opulência da Amazônia e do Brasil. A borracha passou a representar o terceiro produto da pauta das exportações nacionais (1887-1917), vindo após o café e o algodão. A maior parte da riqueza advinda da produção da borracha foi drenada com gastos sun-

tuosos, transferida para o sul do país e para o exterior, com reduzido investimento e capital produtivo na região.

Com a entrada da produção de borracha domesticada do Sudeste Asiático, a Amazônia se ressentia da biopirataria de um produto ativo da economia, provocando o maior caos econômico, social e político que a região jamais enfrentara.

Em 1927, a primeira experiência de *plantation* de seringueira foi desenvolvida pelo magnata da indústria automobilística americana Henry Ford, revelando-se um empreendimento desastroso em razão do ataque do mal-das-folhas que foi identificado em 1934, nos plantios em Fordlândia. Mudanças na matriz americana e o fim do conflito bélico levaram ao desinteresse pelo empreendimento e à consequente venda ao governo brasileiro em 1945. No final da década de 1920, inicia-se o extrativismo do pau-rosa, que alcançou seu apogeu em meados de 1950, para então decrescer com o esgotamento das fontes mais acessíveis.

No final da década de 1930, inicia-se o ciclo da juta. Introduzido pelos imigrantes japoneses, rapidamente se alastra ao longo das várzeas, criando uma alternativa de renda e emprego na economia pós-crise da borracha e pré-Zona Franca de Manaus. Ao longo da calha do Rio Amazonas, nos estados do Pará e Amazonas, cerca de 60 mil famílias passaram a dedicar-se ao cultivo dessa fibra exótica, aprendendo rapidamente o processo de cultivo e beneficiamento, em uma época em que não havia serviço de extensão rural. Isso mostra que os agricultores amazônicos não são avessos a inovações tecnológicas e respondem rapidamente aos sinais de preços e de mercados. Bom sinal para novas propostas e ideias produtivas e ambientais, desde que sejam atrativas, tenham mercado e preços favoráveis. A lavoura de juta foi responsável pelo processo de agroindustrialização da fibra por meio da instalação de fábricas de fiação e tecelagem em Castanhal, Belém, Santarém, Parintins e Manaus.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 1. Céu, terra e água convivem nesta paisagem anfíbia, numa convivência nem sempre harmoniosa com a natureza.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 2. Comunidade ribeirinha, das dezenas existentes na Resex Verde para Sempre.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 3. A criação de búfalos, introduzida na década de 1950, faz parte das atividades dos ribeirinhos.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 4. Durante as cheias os ribeirinhos precisam alojar os búfalos em marombas e alimentar com capim trazido pela correnteza.

A partir da década de 1970, o setor de fibra de juta começa a sentir os impactos do avanço das fibras sintéticas e da opção pelo transporte a granel em detrimento dos sacos de anagem. O declínio da juticultura deu-se principalmente pelo alto custo de mão de obra, pela baixa lucratividade, pela falta de sementes de juta selecionadas e, sobretudo, pela implantação da Zona Franca de Manaus, que drenou boa parte da população rural em direção à cidade de Manaus. Além disso, a falta de sementes de juta passa a ser contornada com a entrada da malva nas áreas de várzeas dos estados do Pará e Amazonas. Isso levou ao gradativo desaparecimento tanto da juta como da malva, que, apesar dos esforços para seu soerguimento, apresenta baixa competitividade com outras alternativas econômicas, induzindo à migração e a uma economia estagnada.

O início da bubalinocultura nessa região deu-se ao final da década de 1940 por ação do Instituto Agrônômico do Norte, após a aquisição do empreendimento da Companhia Ford Industrial do Brasil, em 1945. O então diretor Felisberto Cardoso de Camargo implantou a grandiosa experiência de colmatagem do Lago Maicuru, em Monte Alegre, com o objetivo de expandir os campos naturais e propiciar maior disponibilidade de forragem para os animais, ação que não apresentou resultados práticos. Por intermédio do Instituto Agrônômico do Norte, a juticultura foi fortalecida pela garantia na oferta de sementes selecionadas, com a implantação de campos de produção de sementes no Município de Alenquer, o que foi decisivo para seu sucesso, apesar de propiciar o desmatamento de áreas de terra firme, muitas delas habitat de castanheiras.

A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, apesar de sua política voltada para o atendimento às populações ribeirinhas ao longo da calha do Rio Amazonas e seus afluentes, teve o efeito oposto, com a maior parte dos investimentos sendo direcionada para a construção da rodovia Belém-Brasília, com o início do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Com a

inauguração da rodovia Belém-Brasília, em 1960, ocorria a mudança da *civilização da várzea* para a *civilização da terra firme*. As cidades ao longo da calha do Rio Amazonas passam a ser regiões estagnadas, com reduzido crescimento demográfico e com grande fluxo de saída de migrantes em direção as cidades que passam a ser implantadas ao longo das rodovias recém-abertas.

A implantação do Projeto Jari, em 1967, cria um fluxo migratório, tanto de populações de várzeas como de terra firme do Nordeste Paraense, para trabalhos braçais e no setor de serviços. A presença da *Gmelina arborea* em muitos povoados do Nordeste Paraense atesta a presença desse fluxo migratório na busca de emprego no Projeto Jari, pois no retorno as pessoas trouxeram sementes dessa planta. A abertura da Rodovia Transamazônica, em 1972, durante o governo Médici (1969-1974), foi outra razão da perda da importância das áreas ribeirinhas em favor da *civilização da terra firme*.

A partir da segunda metade da década de 1970, inicia o ciclo de mineração com transporte fluvial, tal como o aproveitamento das jazidas de bauxita no Baixo Amazonas, combatido pelos movimentos sociais a partir da década de 2000, na expectativa de auferir vantagens, restrita antes a acordos governamentais. Sem dúvida, a maior fonte de receita de exportação atual é decorrente destes projetos minerais que foram implantados (ou estão em implantação) nos municípios de Oriximiná e Juruti.

A agricultura empresarial é introduzida na região a partir da segunda metade da década de 1990 como uma alternativa do agronegócio representado pela soja cultivada por produtores sulistas, principalmente daqueles sediados no Estado do Mato Grosso. A inauguração do Porto da Cargill, em 2003, impulsionou a produção de soja na região, porém em desacordo com as instituições ligadas à proteção ambiental. Esses produtores ocuparam antigas áreas de produção pecuária somadas às

de agricultores familiares que, desestimulados pela falta de apoio ao setor agrícola, optaram por vender suas propriedades por falta de opção de sobrevivência. Muitos deles passaram a trabalhar nessas grandes propriedades com salário, direitos trabalhistas, e até mesmo escola para seus filhos dentro da fazenda. Outros migraram em direção aos centros urbanos mais próximos, principalmente Santarém. Dessa forma, promoveram a mudança no padrão tecnológico da agricultura local, com a entrada de grandes plantios mecanizados e utilização de insumos modernos.

O fortalecimento dos movimentos populares, sobretudo dos sindicatos de trabalhadores rurais, e a grande presença de Organizações Não Governamentais (ONGs), tanto nacionais como estrangeiras, a partir da década de 1990, passam a refletir nos destinos da região. A vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, amplia as políticas sociais, com o fortalecimento da agricultura familiar e das populações consideradas excluídas, como indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, populações de várzeas, ribeirinhos e assentados de reforma agrária, além de populações de risco.

Surgiram algumas experiências singulares como incentivo à produção de curauá, que nasceu da iniciativa do Programa Pobreza e Meio Ambiente (Poema), da Universidade Federal do Pará, em Santarém, e em conexão com o projeto de aproveitamento de fibra de coco, em Ponta de Pedras. Esses projetos despertaram a atenção de entidades como o Banco Mundial e empresas como Mercedes Benz, mas não conseguiram promover o desenvolvimento desses produtores. Em geral, funcionando como marketing ecológico, apresenta custos de produção proibitivos em relação aos similares, impedindo a sua democratização.

No contexto das políticas estaduais destaca-se o apoio às populações extrativistas, tanto da flora (açaí, bacuri, castanha-do-pará, babaçu, an-

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 5. Comunidade localizada em área de terra firme na Resex Verde para Sempre. A produção de mandioca está localizada nessas áreas.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 6. Produtor de farinha localizada em área de terra firme. Existe uma inter-relação entre os ribeirinhos e os moradores de terra firme na venda de farinha e madeira para as marombas.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 7. A derrubadas de novas áreas para a implantação de roçados, venda de madeira e adoção de técnicas inadequadas são desafios que precisam ser vencidos.

Foto: Jair Carvalho dos Santos.



Figura 8. A recuperação de áreas que não deveriam ter sido desmatadas deve constituir em grande esforço de conscientização a médio e longo prazos.

diroba, etc.), como da fauna (pescado, camarão, caranguejo, etc.), apoio às reservas extrativistas existentes e à criação de outras. A transformação de políticas ambientais em assistencialismo ambiental constitui o risco de muitas propostas envolvendo as reservas extrativistas (Resex) e projetos de assentamentos de reforma agrária, cujos resultados são duvidosos no contexto de médio e longo prazo. Muitas dessas reservas desenvolvem atividades agrícolas, dedicam-se à criação de búfalos e à pesca, tornando a criação da Resex uma oportunidade de garantir transferências governamentais. Desenvolver estas reservas extrativistas implica melhorar a produtividade das atuais atividades agrícolas, introduzindo novas alternativas tecnológicas e de comercialização.

As populações extrativistas do Baixo Amazonas Paraense dispõem de muitos produtos extrativos que perdem a sustentabilidade com o crescimento do mercado. Alguns deles apresentam conflito entre oferta e demanda em razão do esgotamento dos estoques, baixa rentabilidade na extração, competição com outras alternativas econômicas, entre outras variáveis. Como os modelos atuais de sustentabilidade exigem subsídios públicos, o grande desafio seria encontrar alternativas de sustentabilidade que não dependam da injeção de recursos públicos, tornando-se autônomas, não sujeitas a intempéries político-econômicas.

Linha de tempo na ocupação do Baixo Amazonas

Na Caverna de Pedra Pintada, localizada no Município de Monte Alegre, Estado do Pará, a paleontóloga Anna Curtenius Roosevelt constatou a presença dos primeiros paleoíndios¹ há cerca de 11.200 anos. Esses paleoíndios viviam da coleta de frutas nativas e da pesca e chegaram a deixar inscrições nas cavernas. Os indícios mostram que há cerca de

¹Primeiros povoadores que migraram para o continente americano.

3.500 anos, o cultivo da mandioca passou a ser uma prática adotada, possivelmente domesticada pelos tupis na Bacia Amazônica.

9.200 a.C.

De acordo com as pesquisas realizadas pela paleontóloga Anna Curtenius Roosevelt na referida caverna, iniciadas em 1991, foi descoberto que em 9.200 a.C. já havia indícios da presença dos primeiros paleo-índios que viviam de caça, pesca e coleta de frutas. Essas pesquisas foram divulgadas pela revista *Science* (19/04/1995). Esses achados apresentam idade semelhante aos encontrados em Clovis, New México, em 1932, até então a mais antiga referência.

1500 a.C.

A mesma pesquisa ainda cita a identificação de indícios do cultivo da mandioca, além das atividades de caça, pesca e coleta de frutas. O cultivo da mandioca foi considerado um grande avanço na agricultura, tornando-se a base da agricultura indígena. Logo foi transferida para a África e a Ásia pelos colonizadores portugueses, onde passou a ser um alimento importante.

A colonização portuguesa

1541

Francisco Orellana, lugar-tenente de Gonzalo Pizarro, saiu de Quito em fevereiro de 1541, sendo o primeiro a navegar o Rio Amazonas com relato da viagem efetuado pelo frei espanhol Gaspar de Carvajal. Alcançou o Rio Negro em 3 de agosto de 1542 e prosseguiu viagem atingindo o Oceano Atlântico. O evento foi uma grande façanha para a época.

1596

Surgimento das primeiras feitorias inglesas e holandesas na Amazônia. Há indicações de que foram os holandeses os introdutores do cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia, ao lado dos antigos fortes Nassau e Orange, no Rio Xingu.

1616

A fundação do núcleo da cidade de Belém, no dia 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, no atual Forte do Castelo, pode ser considerada como o início da colonização portuguesa na Amazônia. Há evidências de que existiam culturas de cana-de-açúcar desenvolvidas pelos piratas franceses, holandeses e ingleses em Porto de Moz.

Os portugueses nominaram as cidades ao longo da calha do Rio Amazonas à semelhança das cidades portuguesas, tais como: Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer, Aveiro, Porto de Moz, entre outros.

1623

Presépio e o Fortim de Santo Antônio do Gurupá foram estabelecidos para garantir a segurança contra invasões.

Fundação do atual Município de Gurupá, que nasceu da ocupação militar dos holandeses, depois expulsos pelos portugueses.

1625

Fundação do atual Município de Cametá, a partir do aldeamento indígena dos camutás, e surgimento da ação missionária dos frades da Província de Santo Antônio.

1637

Considerado um evento de grande importância, a partida da expedição de Pedro Teixeira, no dia 28 de outubro de 1637, desde Cametá, seguindo pelo Rio Amazonas, atingindo Payamino, afluente do Rio Napo, no dia 24 de junho de 1638. A viagem de retorno partiu de Quito no dia 16 de fevereiro de 1639, chegando a Belém no dia 12 de dezembro de 1639.

1639

O aldeamento dos índios muturus e a ação missionária dos frades Capuchos originaram o atual Município de Porto de Moz.

1653

Município de Oeiras do Pará surgiu a partir do aldeamento indígena na Ilha de Marajó e foi fundado pelo padre Antônio Vieira.

1694

Origem do povoamento de Baião, em virtude da concessão de terras para famílias que lá se alojaram.

1697

Fundação de Santarém, a partir de aldeamentos indígenas, fortificações militares e situação geográfica na confluência do Rio Amazonas com o Rio Tapajós.

Início do povoamento de Óbidos com a construção do forte militar.

1709

Surgimento de Barcarena a partir da ação missionária dos jesuítas no aldeamento indígena dos aruás.

1710

Monte Alegre foi fundado pela ação missionária dos padres capuchos na Piedade, no aldeamento dos índios gurupatubas.

Igarapé-Miri nasceu em virtude da concessão de terras nas margens do Rio Tocantins.

Ciclo do cacau

Seminal trabalho de Dauril Alden (1926) sobre as exportações de cacau da Amazônia colonial registram as primeiras estatísticas a partir de 1730. A presença de cacauzeiros (extrativo e semidomesticado) nas várzeas era mencionada por todos os viajantes que transitaram pelo Rio Amazonas. As exportações de cacau chegaram a representar 96,6% (1736) do valor total das exportações do Pará. “O Cacaulista”, romance escrito em 1875, do famoso escritor Inglês de Sousa (1853-1918), tem como cenário a cidade natal do autor, Óbidos.

1738

O povoamento de Breves iniciou pela instalação do engenho de açúcar na Ilha de Marajó.

1745

Almeirim é fundada por ordem direta do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779).

1746

Louis Frederic Warneaux efetua a transferência de mudas de cacauzeiro para a Fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, pertencente a Antônio Dias Ribeiro, no Município de Canavieiras, Estado da Bahia.

1757

Alenquer surgiu em razão da ação missionária dos padres Capuchos, originalmente chamada de Surubiu.

1758

Santarém, uma aldeia dos Tapajós, foi elevada à categoria de vila em 14 de março.

1769

No dia 27 de dezembro ocorreu a instalação do atual Município de Faro.

1781

Aveiro aparece como distrito de Itaituba.

1799

A população da Bacia Amazônica somava 83.510 habitantes não índios.

1839

Descoberta do processo de vulcanização da borracha, em 1839, por Charles Goodyear. A invenção do pneumático para bicicletas, efetuada

por John Boyd Dunlop, em 1888, e a nascente indústria automobilística transformaram a borracha em um importante insumo industrial. Isso fez com que os estoques de seringais nativos da Amazônia se tornassem motivo de interesse de capitalistas nacionais e estrangeiros, especialmente de firmas inglesas.

1818

Município de Juruti surgiu da transformação do aldeamento dos índios mundurucus na região do Baixo Amazonas.

1867

Major Warren Lundsford Hastings liderou, no dia 17 de setembro, grupos de americanos insatisfeitos com os resultados da Guerra de Sucessão. Esses grupos desembarcaram do navio Inca, em Santarém, com 278 pessoas, muitas das quais regressaram depois ao país de origem.

1873

No dia 5 de setembro era efetuada a ligação telegráfica entre Belém e Recife.

1876

Henry Alexander Wickham efetuou a coleta de 70 mil sementes no povoado de Boim, situado na margem esquerda do Rio Tapajós.

1880

Prainha surgiu do povoamento às margens do Rio Urubuquara que depois se transferiu para as margens do Rio Amazonas e foi fundada por ordem do presidente da Província do Pará.

1883

Aveiro é elevada à categoria de município por meio da Lei Provincial nº 1.152, de 4 de abril, sendo desmembrada de Itaituba.

1889

Barão do Marajó apresentou a fibra de curauá na Exposição de Paris.

1890

Belém era a quarta cidade brasileira em população, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. São Paulo era a quinta cidade do Brasil, com 65 mil habitantes.

A população da Bacia Amazônica totalizou 386.370 habitantes.

1893

A população de Manaus atingia 20 mil habitantes.

1894

Em 9 de junho de 1894, no governo de Lauro Nina Sodré e Silva, Oriximiná foi elevado à categoria de vila, e em 5 de dezembro era criado o Município de Oriximiná.

No dia 26 de maio, a Intendência de Belém, na administração do Barão de Marajó, iniciou o fornecimento de energia elétrica em Belém.

1895

Fundação da Fábrica Perseverança, que fabricava cabos, aniagens, barbantes, linhas para pesca e algodão hidrófilo. Essa fábrica foi a primeira beneficiadora da juta produzida na Amazônia.

1896

Inauguração do cabo fluvial Belém–Manaus, criando a The Amazon Telegraph Company Limited.

1900

Anexação dos atuais municípios de Oriximiná e de Juruti ao Município de Óbidos, por meio da Lei nº 729.

1907

Surgiu em Manaus o guaraná Andrade, produzido pela Fábrica Andrade, a primeira do País a produzir refrigerante de guaraná e que funcionou até 1970.

1909

Construção do Quartel do Exército em Óbidos.

1914

Na fazenda Taperinha, em Santarém, havia 23 hectares plantados de curauá para produção de cordas para embarcações.

1927

No cenário regional, a economia ainda não refeita da crise da borracha vê como uma grande solução a chegada de Henry Ford às margens do Rio Tapajós para efetuar o primeiro plantio racional de seringueira no País. O grande industrial americano tinha lançado o Ford Model T em 1908 e até 1927 já tinha fabricado 15.007.003 unidades, ressentindo o controle da borracha pelos ingleses.

Em 21 de julho, Henry Ford pagou a quantia de 125 mil dólares a Jorge Dumont Villares, herdeiro da importante família cafeeira de São Paulo, que obteve opção de compra para 2,4 milhões de hectares de terras públicas do governo do Pará. No dia 10 de outubro era constituída a Companhia Ford Industrial do Brasil, iniciando as atividades de Henry Ford às margens do Rio Tapajós.

1915

A partir da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, em 1895, começaram as negociações com vistas à imigração japonesa no Brasil. A primeira leva de imigrantes para o Brasil aconteceu em 1908 para São Paulo e, a partir de então, começaram os estudos e negociações para a imigração japonesa na Amazônia. Isso foi concretizado em 1929, com a chegada dos primeiros 189 imigrantes japoneses em Tomé-Açu, PA, e em Maués, AM, em 1930.

O saldo principal da imigração japonesa na Amazônia foi a introdução das lavouras de juta, tendo como foco irradiador o Município de Parintins, AM, e de pimenta-do-reino, no Município de Tomé-Açu, PA. A expansão da lavoura de juta ao longo das várzeas do Rio Amazonas e seus afluentes permitiu que o Brasil atingisse a autossuficiência em 1953, retomando, contudo, a condição de importadora em 1970 e o seu gradativo declínio.

A lavoura de pimenta-do-reino inaugurou a era dos NPKs na Amazônia com a utilização intensiva de fertilizantes químicos e mecanização, chegando à autossuficiência nacional e ao início das exportações em 1956, atingindo a condição de primeira produtora e exportadora mundial em 1982. Além dessas introduções, houve também a expansão da fruticultura, dendeicultura, avicultura, além de outras atividades.

1929

No dia 27 de julho saíram do porto de Kobe no navio Montevideu Maru, posteriormente se transferindo para o navio Manila Maru, os primeiros 189 imigrantes japoneses para a Amazônia. Desembarcaram em Belém no dia 16 de setembro e embarcaram no barco Tefé, chegando a Tomé-Açu no dia 22 do mesmo mês.

1930

No dia 21 de outubro foi fundado o Instituto Amazônia, em Parintins, pelos financistas nipônicos responsáveis pelos imigrantes japoneses, para servir de suporte às atividades agrícolas.

O português Mário Santiago e seu primo Antônio que vendiam cigarros implantam a indústria de sabonetes Phebo.

Cerca de 3.100 empregados trabalhavam na Companhia Ford Industrial do Brasil, constituindo-se no número máximo atingido.

Aveiro é anexada ao Município de Santarém, em 4 de novembro.

1933

Em abril, Makinossuke Ussui partiu do porto de Kobe e, ao desembarcar em Cingapura no navio Hawaii Maru para cremar uma passageira

idosa falecida a bordo, conduziu 20 mudas de pimenta-do-reino para Tomé-Açu. Essa introdução transformou a agricultura da Amazônia no início da década de 1950.

1934

Ryota Oyama, emigrante japonês, conseguiu a aclimação da juta indiana em Parintins. A introdução da juta na Amazônia propiciou grandes modificações socioeconômicas na região.

Em março, o fitopatologista James Weir, que tinha participado da Missão Norte Americana W. L. Schurz, em 1923, identificou a ocorrência do mal-das-folhas nos seringais de Fordlândia. Já tinha sido plantado 1,4 milhão de seringueiras.

Com a entrada do mal-das-folhas, a Campanhia Ford Industrial do Brasil cedeu parte da concessão em Fordlândia em favor de outra concessão de 281.500 hectares no atual Município de Belterra, no dia 4 de maio.

Em dezembro foi dada autonomia aos atuais municípios de Oriximiná e Juruti, saindo da jurisdição de Óbidos.

1938

Súbito aumento no preço das sementes de cumaru fez com que 300 operários da Companhia Ford Industrial do Brasil abandonassem a empresa. A falta de mão de obra constituiu um dos grandes problemas daquela companhia.

1943

Em fevereiro, o governo brasileiro transformou o recrutamento de seringueiros de fora da região em uma operação inédita contratando-os por 2

anos, com adiantamento de salários, salário-família e transporte. Estima-se que 32 mil pessoas tenham sido contratadas como seringueiros.

1945

Com a morte de Edsel Bryant Ford, em 26 de maio de 1943, seu filho Henry Ford II assumiu a Presidência da Ford Motor Company, porém em 3 meses determinou sua extinção com um prejuízo superior a US\$ 20 milhões.

Decreto-Lei nº 3.440, de 24 de dezembro, estabeleceu as condições de transferência do patrimônio da Companhia Ford Industrial do Brasil para o patrimônio da União. O valor da transferência foi estimado em 244.200 dólares pagos pelo Banco de Crédito da Borracha S/A.

1946

Conclusão definitiva da Estrada de Ferro Tucuruí.

1947

Fundação de Tucuruí em 31 de dezembro.

No dia 30 de julho encerravam-se os compromissos americanos decorrentes dos Acordos de Washington, que tinha compromisso com a aquisição da borracha produzida na Amazônia.

Lei nº 86, de 8 de setembro, estabeleceu medidas para a assistência econômica da borracha natural brasileira, e o art. 5º criou a Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

1949

O Instituto Agrônomo do Norte (IAN) adquiriu a velha e abandonada Fazenda Cacaual Grande para receber o gado das Plantações Ford de Belterra.

1950

O comerciante libanês Oscar Chamma criou a Casa Chamma nos anos 1950, desenvolvendo perfumes e cosméticos derivados de produtos da Amazônia, como patchuli, pripiroca e alfazema.

1951

Início dos trabalhos de colmatagem na região do Lago Grande de Maicuru, mediante a abertura de canais através do dique marginal do Rio Amazonas, comunicando esse rio aos lagos da grande várzea do Maicuru, com a finalidade de permitir a entrada de maior volume das águas do Rio Amazonas, ricas em sedimentos. As pesquisas desenvolvidas por Harald Sioli, que divulgaram dois clássicos trabalhos sobre limnologia e sedimentação na várzea do Rio Amazonas, apoiaram a ideia de construção dos canais de colmatagem de Maicuru. Felisberto Cardoso de Camargo calculava que a quantidade de sedimentos em suspensão variava de 50 g/m³ a 200 g/m³ de água. Como a vazão do Rio Amazonas é da ordem de 16 milhões de metros cúbicos/dia e capacidade transportadora de sedimentos de 200 g/m³, Camargo estimava que 3 milhões de toneladas de sedimentos de alta fertilidade eram despejadas diariamente no Oceano Atlântico.

No dia 28 de fevereiro foi inaugurado o canal Novais Filho, com 32 m de largura e 5,5 m de profundidade executado em 40 dias de trabalho mecânico. Na inauguração estavam presentes os Drs. Harry M. Miller

e J.G. Harrar, técnicos da Rockefeller Foundation, e Sr. White, jornalista da *Time*. A razão do nome do ex-ministro da Agricultura Novais Filho decorreu da autorização da compra de seis escavadeiras mecânicas que, com as quatro adquiridas por Daniel de Carvalho, perfaziam uma frota de dez escavadeiras. Esses trabalhos perduraram de 1951 a 1953.

O canal Desembargador Maroja Neto, com 29 m de largura e 5 m de profundidade, foi inaugurado no dia 21 de setembro, como homenagem ao Interventor do Pará, que acedeu na aprovação para a aquisição da Companhia Ford Industrial do Brasil, atendendo a uma exigência da Diretoria do Banco da Borracha. Na ocasião da inauguração, em nome do homenageado, falou o Dr. Loris de Araújo.

Escândalo na imprensa nacional, quando em maio chegou ao porto de Santos o primeiro carregamento de 400 t de borracha importada da Malásia, dando início às importações de borracha natural no País.

1952

Criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) pelo Decreto nº 31.672, de 29 de outubro, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, para anular a pressão da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, pelo presidente Getúlio Vargas.

Abertura do canal Fernando Costa, em homenagem ao ministro da Agricultura, idealizador do IAN, com 19 metros de largura, 3,50 m de profundidade e 80 m de comprimento, e do canal Vicente Chermont de Miranda, com 16 m de largura e 3 m de profundidade, em dezembro.

1953

A criação da SPVEA antecedeu as experiências sobre planejamento regional no País, que, por ironia, teria como sua obra mais importante a

abertura da Rodovia Belém–Brasília em 1960. A “civilização da várzea” entrava em evidente conflito com a “civilização da terra firme” que começava a ganhar importância na Amazônia.

Lei nº 1.806, de 6 de janeiro, definiu a Amazônia Legal e conceituou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em janeiro foi criada a SPVEA, com tendência a imitar a Tennessee Valley Authority.

Abertura do canal de colmatagem Remanso, com 16 m de largura e 3 m de profundidade, encerrando o ciclo de abertura de canais em Maicuru.

No dia 11 de junho verificou-se a maior enchente registrada do Rio Amazonas até aquela época, atingindo a cota de 29,69 m no Rio Negro, em Manaus.

1954

Desastrada idéia de colocar seis famílias de colonos japoneses, totalizando 27 pessoas, em Fordlândia para a extração de borracha, pelo Instituto Agrônômico do Norte.

1955

Repetição do erro do ano anterior, decorrente da falta de planejamento das autoridades japonesas e brasileiras, introduzindo 100 famílias de imigrantes japoneses em Belterra, que, somados às de Fordlândia, totalizavam 785 pessoas, transferidas para Monte Alegre, Belém, Guamá, Rio Branco, Santarém, Alenquer, Acará e Manaus.

Aveiro recupera a condição de município por meio da Lei Estadual nº 1.127, de 11 de março e posterior anulação em 4 de outubro.

1956

Em fevereiro ocorreu a Revolta de Jacareacanga, liderada pelo major-aviador Haroldo Coimbra Veloso (1920-1969), cuja prisão se efetivou no dia 1º de março.

1957

Criação da Estação Experimental de Curuá-Una, decorrente do Convênio FAO/SPVEA.

A SPVEA, em colaboração com a Organização das nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), criou o Centro de Silvicultura de Curuá-Una, em Santarém, PA.

Aparecimento do *Fusarium solani* f. sp. piperis nos pimentais de Tomé-Açu, PA.

1958

O agricultor cearense José Quincó chegava a Santarém, fugido da seca, tornando-se o primeiro produtor de soja naquele município, em 1996.

1959

Foi encontrada em Cametá, localidade de Pacajás, situada a 500 m da margem esquerda do Rio Tocantins, matriz de cupuaçuzeiro com frutos sem sementes. O proprietário tinha uma produção média de 50 a 60 frutos colhidos por safra e a equipe do IAN verificou que os frutos apresentavam 2.700 g de peso. No ano seguinte, em outubro, a equipe do IAN retornou para coleta de material, tendo efetuado 633 enxertos, dos quais 535 tiveram sucesso.

1960

Abertura da Rodovia Belém–Brasília e inauguração de Brasília, no dia 21 de abril. As consequências iniciais da abertura da rodovia foram a de destruir a incipiente indústria local e a agricultura de autoabastecimento da cidade de Belém.

1961

Aveiro foi reinstalado na categoria de município por meio da Lei Estadual nº 2.460, de 29 de dezembro, desmembrando-se dos municípios de Santarém e Itaituba.

1963

Criação do Estabelecimento Rural do Tapajós, que sucedeu a Companhia Ford em Belterra, ficando sob a jurisdição do Ministério da Agricultura.

1966

IPEAN encerrou a produção de sementes de juta em Alenquer, PA, passando para a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, do Estado do Pará.

1967

Início das atividades do americano Daniel K. Ludwig. Obteve uma área de 1.632.121 ha, dos quais 1.174.391 ha no Estado do Pará e 457.730 ha no Estado do Amapá.

Izabel Filizzola, filha do imigrante italiano Francisco Filizzola, instalou-se numa pequena casa em Belém e passou a aperfeiçoar e comercializar o sabonete à base de óleos vegetais e mel, que batizou de Juruá.

1968

Início dos primeiros plantios de gmelina nas proximidades do Rio Jari, onde se situa o Aeroporto de Monte Dourado, provenientes do Panamá e da África, no Projeto Jari.

Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá (Fetagri), em Belém, PA.

1970

Início da importação de fibra de juta pelo País, quebrando a autossuficiência alcançada desde 1953, com os plantios nas várzeas amazônicas.

Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho, instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN) para financiar infraestrutura nas áreas da Sudam e Sudele.

Assinatura dos editais de concorrência da construção da Rodovia Transamazônica em 18 de junho. O presidente Emílio Garrastazu Médici visitou cinco vezes a Transamazônica nos quatro anos de seu governo.

Dentro dos objetivos do PIN, surgiu em outubro o Projeto Radam, considerado o maior projeto de prospecção de recursos naturais desenvolvido no mundo.

Decreto-Lei nº 67.557, de 12 de novembro, estabeleceu área prioritária para a reforma agrária na Amazônia a ser incluída no PIN.

Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho, criou o Incra, por meio da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Em 14 de outubro, por meio da Resolução nº 39/70 – CONSEP, foi criado o Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará em Santarém. No ano seguinte iniciou o processo de Interiorização dos Cursos de Graduação em Santarém.

1971

Início dos plantios de cacau na zona bragantina e em Tomé-Açu, pela Sagri, e na Rodovia Transamazônica e em Rondônia, pela Ceplac.

Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho, criou o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).

Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril, considera como sendo de segurança nacional uma faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo das rodovias federais construídas e por construir na Amazônia. Essa lei provocou a transferência de praticamente um terço das terras do Estado do Pará para o domínio da União.

Decreto nº 68.443, de 29 de março, fixou um polígono de 64.000 km² como terra de interesse social para desapropriação para a implantação do Projeto Altamira.

1972

Inauguração da Rodovia Transamazônica, que cobria uma extensão de 4.962 km, indo de Paraíba ao Estado do Amazonas.

1973

Instrução nº 12, do Incra, em 17 de abril, criou o Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln (Pacal).

1974

No dia 30 de janeiro foi inaugurado o trecho Itaituba–Humaitá da Rodovia Transamazônica.

Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro, criou a Floresta Nacional do Tapajós, com uma área de 600 mil hectares, localizada ao longo da Rodovia Santarém–Cuiabá.

Decreto nº 74.607, de 25 de setembro, criava o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

Em dezembro, o Incra estabeleceu 5.717 famílias de colonos ao longo da Rodovia Transamazônica no trecho paraense.

Em junho ocorreu a assinatura do acordo de acionistas da Mineração Rio do Norte, atualmente composto pelas seguintes empresas: Vale (40%), BHP Billiton Metais (14,8%), Rio Tinto Alcan (12%), CBA-Votorantim (10%), Alcoa Brasil (8,58%), Alcoa World Alumina (5%), Norsk Hydro (5%) e Abalco (4,62%).

1975

Fundação, no dia 22 de junho, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à linha missionária da CNBB, com o objetivo de acompanhar e assessorar os trabalhadores rurais e suas organizações.

1976

No dia 20 de outubro o presidente Ernesto Geisel (1907-1996), o governador Aloysio Costa Chaves (1975-1978) e o general Dirceu Nogueira, ministro dos Transportes, inauguraram a Rodovia BR-163, a Santarém-Cuiabá, iniciada em setembro de 1970, com 1.777 km, por meio do Segundo Grupamento de Engenharia de Construção. Por ocasião da inauguração, mais de 30 mil pessoas já moravam no trecho pioneiro recém-aberto.

Retomada da construção do Projeto Mineração Rio do Norte no primeiro trimestre, no Município de Oriximiná.

1977

Fundação da Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (Amat) em 12 de novembro.

1978

Criação do plano de manejo florestal da Flona Tapajós, envolvendo uma área com 130 mil hectares.

No dia 3 de julho, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, no Palácio do Planalto, pelos ministros de Relações Exteriores da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro, e promulgado pelo Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980.

Em dezembro, o Incra anunciou o assentamento de 7.674 famílias ao longo da Rodovia Transamazônica, sendo 3.035 famílias na área de Marabá, 3.595 famílias na área de Altamira e 1.044 famílias na área de Itaituba.

Início da construção da Estrada de Ferro Carajás

1979

Início das atividades da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) na Estação Experimental de Curuá-Una, em colaboração com a Sudam, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a FAO por meio do Programa de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (Prodepef).

Início das atividades de lavra da Mineração Rio do Norte, no Município de Oriximiná, em abril, e primeiro embarque de minério, em 13 de agosto, para o Canadá.

1980

Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro, criou o Programa Grande Carajás, com 895.265 km², equivalente a 10,6% de superfície do País.

Criação do Grupo Executivo de Terras para a Região do Baixo Amazonas (Gebam), pelo Decreto-Lei nº 84.517, de 28 de fevereiro.

1981

Resolução nº 46/47, do Incra, de 7 de março, declarou a emancipação do *Projeto Agro-industrial Canavieiro Abraham Lincoln* (PACAL) e, em 1981, iniciou-se a fase da Construtora e Incorporadora Carneiro da Nóbrega Ltda. – Conan.

Fundação da Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica Santarém/Cuiabá e Região do Oeste do Pará (Amut), em 31 de janeiro.

1982

Em 22 de janeiro foi constituída a Companhia do Jari para promover a nacionalização do Projeto Jari, adquirido por 23 grupos empresariais.

1984

No dia 9 de novembro entrou em funcionamento a Hidrelétrica de Tucuruí, cuja inauguração aconteceu em 22 de novembro.

O enchimento das comportas da barragem de Tucuruí começou em 18 de maio e estendeu-se até 6 de setembro.

Em julho é inaugurado o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), um dos maiores complexos mundiais para produção de alumínio primário e alumina, formado pelas empresas Alcoa, Alcan e BHP Billiton.

1985

No dia 17 de outubro foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo como presidente Jaime da Silva Araújo, liderança extrativista de Novo Aripuanã.

No dia 19 de junho, o presidente José Sarney aprovou a elaboração e execução do “Projeto Calha Norte: Desenvolvimento e Segurança ao Norte das Calhas dos Rios Amazonas e Solimões”, sob a coordenação da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, visando à ocupação militar e econômica das regiões de fronteira e à reformulação da política indigenista, alegando implicações de “segurança nacional”.

1987

A Portaria nº 687, de 30 de julho, do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, como decorrência das pressões do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985.

1988

No dia 6 de maio, por meio da Lei Estadual nº 5.438, a partir do desmembramento do Município de Prainha, foi criado o Município de Medicilândia, ao longo da rodovia Transamazônica. A Lei Estadual nº 5.435, de 05 de maio, criou o Município de Uruará e a Lei Estadual nº 5.466, de 10 de maio, criou o Município de Rurópolis.

1989

A Lei nº 7.827, de 29 de setembro criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Em abril, foi criado o Programa de Conservação Nossa Natureza, que incluía a criação do Ibama, a proibição de exportação de madeira não processada, o zoneamento agroecológico e a criação de reservas extrativistas.

1991

Criado pela Lei nº 5.699, de 13 de dezembro, o Município de Terra Santa foi constituído por áreas desmembradas dos municípios de Faro e Oximiná.

Criação da Fundação Viver, Produzir e Preservar, com sede em Altamira, visando o desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu.

Fundação da empresa Beraca Participações Ltda., iniciando-se a distribuição do óleo de jojoba no Brasil e a atuação no segmento de cosméticos.

No dia 02 de julho, 13 ONGs fundaram o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Entre os principais promotores estão o Instituto de Estudos Amazônicos, a Fundação Vitória Amazônica, o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica, o IPHAE e o Projeto Saúde Alegria. Algumas semanas depois, o Conselho Nacional dos Seringueiros se juntou ao grupo.

Criação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), com sede em São Paulo.

1992

Criação do Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais (Iara) com sede em Santarém, PA.

Criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), por meio da Portaria nº 22, de 10 de fevereiro, do Ibama.

Criação do Ministério do Meio Ambiente pela Lei nº 8.490, em 19 de novembro.

1993

Em março ocorreu a criação do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet).

Inauguração da Estação Científica Ferreira Penna localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Município de Melgaço, a 350 km a oeste

de Belém. A Floresta Nacional de Caxiuanã possui uma área de 33 mil hectares e a Estação Científica Ferreira Penna uma área construída de 3.000 m².

1995

Belterra foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 5928, de 29 de dezembro, desmembrado de Santarém.

Reconhecimento da primeira comunidade quilombola de Boa Vista, com área de 1.125 ha, no Município de Oriximiná, PA.

Criação dos municípios de Anapu e Placas, no Estado do Pará, na Rodovia Transamazônica.

Elevado à categoria de município o antigo distrito de Curuá, pela Lei Estadual nº 5924, de 28 de dezembro, desmembrado de Alenquer.

Anna Curtennius Roosevelt divulgou pesquisas realizadas na Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, provando a existência de paleoíndios há 11.200 anos.

No dia 31 de janeiro entrou em vigor o acordo de doação para os Projetos Demonstrativos (PD/A), o componente do programa especificamente ligado a propostas inovadoras apresentadas por organizações da sociedade civil.

O Decreto nº 1.541, de 27 de junho, regulou o Conselho Nacional da Amazônia Legal (Conamaz) como órgão máximo de assessoramento sobre a Amazônia.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) lançou a “Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal”, por meio da Resolução nº 4, do Conamaz, de 14 de julho.

No dia 07 de maio é procedido o primeiro descarregamento de soja em Xambioá, trazido de Nova Xavantina, Mato Grosso, em barcaças, depois de navegar 1.300 quilômetros pelos rios da Morte e Araguaia.

1996

Agrária Engenharia e Consultoria S/A e o Grupo Quincó estabelecem o primeiro plantio experimental-comercial de soja de 49,4 hectares, na Fazenda Diamantino, localizada na Estrada Curuá-Una, km 12, no Município de Santarém.

Lançamento da Medida Provisória nº 1.511, de 25 de julho, que faz parte do conjunto de medidas que ficou conhecido como “pacote ecológico”, estabeleceu o aumento de 50% para 80% das áreas passíveis de preservação, dando nova redação ao Código Florestal.

Presidente Fernando Henrique criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex), no dia 5 de junho, alocando recursos de R\$ 24 milhões junto ao Banco da Amazônia.

Decreto nº 1.946, de 28 de junho, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

1997

Primeira colheita de 50 ha de soja em Santarém. A Agrária Engenharia S/A procedeu à exportação de 165 t de soja de Santarém para Rotterdam.

Criação do Comitê BR-163, entidade estatutária sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal (Sorriso-MT), Lei nº 482 de 24 de abril de 1996 e Lei Estadual nº 6.885 de 5 de junho de 1997.

Fundação da Associação dos Pescadores de Aveiro.

1998

No dia 15 de junho, o presidente Fernando Henrique visitou Tucuruí, aprovando a construção das eclusas e a inauguração do Tramo-oeste em Altamira, levando energia para a parte oeste do Estado do Pará.

Por meio do Decreto nº 2.788, de 29 de setembro, o Ibama tentou a licitação para a exploração madeireira de 3.222 ha da Floresta Nacional do Tapajós, que foi embargada pela Justiça Federal, levando a lançar novo Edital com prazo de abertura em 1º de outubro.

Em 6 de novembro foi criada, nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, com área aproximada de 647.610,74 hectares.

No Diário Oficial da União, de 13 de fevereiro, foi publicada a Lei nº 9.605, denominada Lei da Natureza contra Crimes Ambientais.

Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ibama e o Ministério Público Federal, visando regular o uso e a ocupação da FLONA pelas populações tradicionais existentes na Unidade, em 20 de maio.

1999

Em Santarém, foi realizada, no dia 3 de junho, a primeira colheita comercial de grãos, destacando-se a produção de soja.

Chegada da energia de Tucuruí, em Itaituba, no dia 1º de junho, com a conclusão da terceira torre de transmissão mais alta do mundo com 160 m e outras duas torres com 135 m e 114 m, importadas da Itália, necessárias para transpor o Rio Tapajós, com 1.200 m de largura. No dia 10 de agosto, inexplicavelmente, a torre de 160 m desabou, causando perplexidade.

Criação do Projeto de Apoio ao Manejo Sustentável na Amazônia (Pro-manejo).

No início do ano o procurador da República Felício Pontes Júnior move ação solicitando a realização de estudos de impacto ambiental antes da licitação do porto de Santarém.

No dia 28 de maio chegou uma caravana de 75 caminhões vindos do Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, transportando 2.000 toneladas de soja pela Cuiabá-Santarém, recepcionados pelo ministro dos Transportes Eliseu Padilha, como uma reivindicação para o asfaltamento da rodovia. A soja foi embarcada em Itaituba após percorrer 1.100 km, dos quais 900 km em estrada de terra, e seguiu para Itacoatiara para ser embarcada para a China.

Companhia Docas do Pará (CDP) abriu edital de arrendamento e concessão do Porto de Santarém por 25 anos, no dia 13 de abril.

No dia 23 de novembro foi assinado o contrato entre a CDP e a Cargill para a instalação do porto em Santarém no prazo de dois anos.

No dia 4 de junho foi efetuado o primeiro embarque de soja do oeste paraense pelo Porto de Santarém.

No período de 25 a 29 de abril é realizado em Santarém o Workshop Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Projeto Várzea).

Surge o Poematec, empresa privada com a qual se inaugura o Pólo de Produção de Fibras Naturais na Amazônia e a cadeia produtiva de artefatos industriais a partir da fibra do coco.

Senador Mozarildo Cavalcanti (RO) apresenta o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 19, convocando plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.

Implantação de projetos do ITTO, Promanejo e IPAM – Seca Floresta na Flona.

Fundação da Associação Comunitária Maguari Rio Tapajós (Ascomart), da Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Jamaraquá (Asmorja) e da Associação dos Agricultores do Itapuama.

2000

Entrada da sigatoca-negra, praga mais temida dos bananais no Estado do Pará, no Município de Almeirim, em 2000.

No dia 18 de agosto, o Incra comunicava que a Usina Abraham Lincoln no Município de Medicilândia iria efetuar a última moagem de cana-de-açúcar referente à safra 2000/2001, encerrando o projeto que foi criado em 17 de abril de 1973.

No período de 27 e 28 de junho, foi realizada em Manaus a I Reunião Temática sobre Conservação e Utilização de Populações de Pau-rosa, patrocinada pela Embrapa Amazônia Ocidental e Inpa.

Em julho foi iniciado o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Provárzea), com financiamento do governo brasileiro, Fundo Fiduciário para a Floresta Tropical (RFT) do Banco Mundial, do Departamento do Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, da Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e do Banco de Reconstrução do Governo Alemão (KfW).

Lei nº 9.985, de 18 de junho, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Projeto de Lei nº 0731/2000, do Senador Mozarildo Cavalcante (RO), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e da Câmara Federal. Foi aprovado por unanimidade no plenário do Senado e está faltando ser votado no plenário da Câmara dos Deputados para que a população do Estado do Pará aprove ou não a criação do Estado do Tapajós.

Fundação da Associação dos Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos/Tapajós (Ampresdt) e da Associação Comunitária dos Produtores da Prainha Tapajós (Ascoprata).

2001

Início das atividades do ProVárzea/Ibama, coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, visando estabelecer as bases científica, técnica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da Bacia Amazônica com ênfase em recursos pesqueiros. Executado pelo Ibama, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7.

No dia 7 de agosto o governo do Pará proíbe por meio do Decreto nº 4.758, de 03 de agosto, o trânsito de plantas e partes de plantas da bananeira e plantas do gênero *Helicônia*, provenientes dos municípios de Almeirim e Porto de Moz, para conter o avanço da sigatoca-negra.

Em 25 de agosto, Ademir Alfeu Federicci, o Dema, coordenador do Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), foi assassinado em sua residência, em Altamira.

Beraca adquire parte da Brasmazon Indústria de Oleaginosas e Produtos da Amazônia Ltda., empresa formada por professores da Universidade do Pará que atuava no desenvolvimento de produtos a partir de matérias-primas da Floresta Amazônica.

Indicação sobre comportamento de cultivares de soja em Santarém, decorrente de ensaios realizados durante os anos de 1998 e 2000, pelos pesquisadores Jamil Chaar El-Husny, Emeleocípio Botelho de Andrade, João Roberto Viana Corrêa, Dirceu Kepker e Leones Alves de Almeida.

Fundação da Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas de Pedreira (ASMOP).

As discussões com relação ao asfaltamento da BR-163

Construída pelo governo militar na década de 1970 como mais uma obra de infraestrutura para integrar o País, a BR-163, rodovia que liga Cuiabá, MT, a Santarém, PA, possui 1.708 km de extensão. Entretanto, apenas 713 km, no trecho que vai de Cuiabá até o Município de Guaranã do Norte, MT, e 112 km partindo de Santarém, são asfaltados (embora em péssimo estado de conservação). Os restantes 953 km são de terra e quase intransitáveis, apesar de sua importância estratégica no escoamento da produção brasileira até o porto de Santarém.

A experiência com curauá

2002

O presidente do Banco Mundial James D. Wolfensohn, no período de 18 a 21 de novembro, visita Belém e Santarém, mostrando o interesse em redimir-se dos financiamentos anteriores que levaram ao desmatamento da Amazônia.

Assinatura do acordo com o governo do Estado do Pará para instalação da fábrica de mantas de fibras naturais em Santarém e início do plantio de curauá na Fazenda da Pematec em Santarém.

No dia 7 de junho foi cravada a primeira estaca da ponte de acesso do porto da Cargill, em Santarém.

No dia 12 de agosto a caravana de caminhões que partiu de Sinop no dia 5 de agosto chega a Santarém, pressionando para o asfaltamento da Cuiabá-Santarém.

Realização do Seminário Estudos Estratégicos Provárzea, em Manaus, AM, no período de 9 a 12 de dezembro.

Inauguração do Centro de Biotecnologia da Amazônia, no dia 17 de dezembro, e da 13ª turbina da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no dia 21 de dezembro, pelo presidente Fernando Henrique.

Fortalecimento da Agricultura Familiar

A partir de 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva ocorreu a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com aumento na disponibilização de crédito

de R\$ 2,2 bilhões em 2002 para R\$ 12 bilhões na safra 2007/08; além da mudança de 950 mil contratos para 2 milhões no mesmo período.

2003

No dia 14 de abril foi inaugurado o complexo da Cargill para exportação de soja, em Santarém, Pará.

Presença do navio MV Artic Sunrise, do Greenpeace, em Porto de Moz, acirra ânimos entre madeireiros, levando ao bloqueio das estradas em Altamira, em 25 de novembro.

Em novembro, em Sinop, MT, ocorreu o Encontro BR-163 Sustentável – Desafios e Sustentabilidade ao longo da Cuiabá-Santarém.

Em 21 de dezembro foi implantada a unidade de Santarém da UFRA na estrutura do antigo Centro Tecnológico Madeireiro (CTM).

2004

No dia 9 de janeiro o juiz federal Nelson Loureiro dos Santos, atendendo a determinação do juiz federal Ailton Portela, reeditou a liminar que tinha sido cancelada do juiz federal Fabiano Verli, determinando a paralisação das atividades do Porto de Cargill, em Santarém.

No dia 15 de janeiro, o desembargador federal-relator Carlos Olavo, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região cancela a paralisação das atividades do Porto da Cargill, em Santarém, determinadas pelo juiz federal Nelson Loureiro dos Santos.

O encontro "O Desenvolvimento que Queremos: Ordenamento Territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu" realizado no

período de 29 a 31 de março produziu um documento que consolida as propostas da sociedade civil em relação ao asfaltamento da BR-163, a Carta de Santarém.

No dia 1º de maio o Greenpeace realiza protestos nas instalações do Porto da Cargill, em Santarém, Pará.

Identificado foco de febre aftosa no Município de Monte Alegre no dia 13 de junho.

Divulgada a presença da febre aftosa em Careiro da Várzea, Estado do Amazonas, em 11 de setembro.

Em 8 de novembro foi criada a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Município de Altamira, no Estado do Pará, com 736.340 hectares.

A Resex Verde para Sempre foi criada em 9 de novembro com uma superfície de 1.288.717 hectares, no Município de Porto de Moz.

Em encontro realizado em novembro, em Santarém, foi criado o Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163, constituído por 32 entidades que atuam na região e coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), Formad, FVPP, ISA e Ipam.

Em outubro o Instituto Socioambiental (ISA), que desenvolve projetos na região do Parque Indígena do Xingu e de seu entorno, lançou a campanha 'Y Ikatu Xingu, que tem o objetivo principal de proteger e recuperar as nascentes e as matas ciliares do Rio Xingu no Mato Grosso.

Montagem dos equipamentos industriais na fábrica Pemantec, em Santarém, e, início da produção de mantas com fibras de cururuá.

2005

O presidente do Banco Mundial Paul D. Wolfowitz, no período de 15 a 20 de dezembro, esteve em Santarém ouvindo queixas de pequenos produtores prejudicados pela expansão da soja.

No dia 12 de dezembro foi assassinada, em Anapu, a missionária americana Dorothy Mae Stang (1931).

Em 18 de março, lançamento do selo alusivo ao cupuaçu.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aplica multas decorrentes do plantio de soja geneticamente modificada em Paragominas e em Santarém.

Em fevereiro foi finalizada uma primeira versão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, já com diretrizes estratégicas e ações prioritárias.

Em março ocorreu o Encontro dos Movimentos Sociais de Mato Grosso – Eixo da BR 163, realizado em Lucas do Rio Verde.

2006

Ação do Greenpeace no porto da Cargill no dia 19 de maio e passeata de protesto dos agricultores familiares no dia 21 de maio, em Santarém.

Nos dias 20 e 26 de março uma delegação de congressistas estadunidenses, encabeçada pelo senador Charles Grassley, presidente da poderosa Comissão de Finanças do Senado, desembarcou em Santarém, em um Boeing da Força Aérea norte-americana. Além de Grassley (Partido Republicano, Iowa), tido como o senador mais influente na questão

agrícola norte-americana e grande defensor da Farm Bill, integraram a comitiva os senadores (também republicanos) Michael Crapo e Wayne Allard, e os deputados Steve King, Philip English, Collin Peterson, Darrell Issa e John Russell Carnahan.

No dia 4 de dezembro o governador do Pará Simão Jatene criou as Florestas Estaduais (Flotas) de Paru, Faro e Trombetas, a Estação Ecológica do Grão-Pará e a Reserva Biológica Maicuru na calha norte do Rio Amazonas. Juntas, elas guardam 12,8 milhões de hectares de Floresta Amazônica, 7,3 milhões poderão ser explorados economicamente já que foram transformados em Florestas Estaduais.

Em maio foram iniciadas as obras de mineração de bauxita da Alcoa, localizada no Município de Juruti, compreendendo uma unidade de mineração, uma ferrovia de cerca de 50 quilômetros e um porto.

Em junho, o governo federal lança o Plano BR-163 Sustentável.

2007

No dia 22 de janeiro ocorreu o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 21 de fevereiro ocorreu o lançamento da Campanha da Fraternidade - Amazônia e Fraternidade: Vida e missão neste chão, na Ilha de Combu, Belém.

Em 21 de fevereiro o Brasil recupera a marca açaí, registrada no Japão desde 2003 pela empresa K.K. Eyela Corporation.

Lei nº 6.963, de 16 de abril, cria o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor).

Lei nº 7.030, de 30 de julho, cria o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela Lei nº 11.156, de 28 de agosto. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação (UCs) federais, que são áreas de importante valor ecológico. A Medida Provisória nº 366 criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 27 de abril.

No dia 24 de março o Porto da Cargill em Santarém foi fechado pelo Ibama em decorrência de decisão final do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que encerra polêmica e ordena a imediata suspensão das atividades do porto até a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

No dia 13 de novembro ocorreu a visita do Secretário Geral da ONU e ex-presidente sul-coreano Ban Ki-Moon a Belém.

No período de 23 a 25 de novembro foi realizada a VIII Festa do Cacau em Medicilândia.

Em 29 de novembro ocorreu a mudança do nome da Companhia Vale do Rio Doce para Companhia Vale.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Planejamento, Paulo Bernardo, assinaram em 12 de dezembro projeto de lei que cria a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

2008

Criado o Conselho Deliberativo da Resex "Verde Para Sempre" pela Portaria nº 1, do ICMBio de 31 de janeiro.

Em 25 de fevereiro o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva lança oficialmente o Territórios da Cidadania.

No período de 19 a 23 de maio, no evento "Xingu Vivo para Sempre", em Altamira, ocorreu a agressão com facão pelos índios da kaiapós contra Paulo Rezende, funcionário da Eletrobrás, contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Lei n.º 11.675, de 20 de maio, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece o cupuaçuzeiro como fruta nacional.

Decreto nº 1.001, de 29 de maio, institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.

No dia 30 de maio o presidente Luís Inácio Lula da Silva lança em Belém o Programa de Plantio de Um Bilhão de Árvores para o Estado do Pará.

Em 27 de junho, os movimentos sociais e instituições ambientais reunidos em Cuiabá para participar do "Encontro de Lideranças do Movimento Socioambiental de Mato Grosso Sobre as Ações Prioritárias do Plano BR 163 Sustentável" lançam a Carta de Cuiabá.

Em 1º de agosto, o Decreto nº 6.527 cria o Fundo Amazônia, que receberá recursos internacionais que poderão ser sacados pelo governo de acordo com o total de desmatamento evitado a cada ano, tendo com base a média anual do desmatamento de 1996 a 2005, que foi de 19.500 km².

Para cada tonelada de dióxido de carbono deixado de ser emitido pelo desmatamento, o Brasil receberá cinco dólares.

Em 15 de setembro ocorreu a concordada do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, iniciando a grande crise de 2008.

2009

Realização do Fórum Social Mundial no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro em Belém, Pará.

A governadora Ana Júlia Carepa sancionou a Lei nº 7.243/2009, de 21 de janeiro, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará – Zona Oeste.

No dia 13 de março os governos do Brasil e da Alemanha anunciaram um projeto para construção de cinco torres na Floresta Amazônica, entre elas uma de 300 metros de altura, para pesquisas climáticas.

No período de 26 a 27 de março de 2009 ocorreu a I Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente de Porto de Moz.

No dia 10 de junho, a rede de supermercados do Grupo Pão de Açúcar, Carrefour e Wal-Mart adere ao embargo da carne bovina da Amazônia.

O Rio Negro atinge a cota de 29,77 m em 1º de julho superando a marca histórica da cheia de 1953, com 29,69 m.

Conclusão da Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará de Michelle Teodoro Garcia, intitulada “Políticas Sociais na Reserva Extrativista “Verde Para Sempre” Porto de Moz, PA” no dia 31 de agosto.

Em 17 de setembro, o Decreto nº 6.961 aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.

O presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou o Projeto de Lei nº 2.879/2009, em 5 de novembro, criando a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), primeira universidade pública com sede no interior da Amazônia.

O IV Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (IV SAPIS) pela primeira vez foi sediado na Amazônia, na cidade de Belém, no período de 22 a 25 de novembro de 2009.

No período de 7 a 18 de dezembro foi realizado a United Nations - Climate Change Conference em Copenhagem, Dinamarca (COP 15).

2010

No período de 4 a 5 de fevereiro foi realizada a 1ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, em Belém, Pará.

No dia 6 de maio ocorreu o lançamento do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em Tomé-Açú, PA.

No período de 18 a 21 de maio foi realizado o Simpósio de Manejo Florestal da Amazônia e Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa na Floresta Nacional do Tapajós, em Santarém.

No período de 14 a 16 de julho foi realizado o Simpósio Internacional Conhecimentos Tradicionais na Pan-Amazônia, em Manaus.

Literatura recomendada

ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na região Amazônica no fim do período colonial**: um ensaio de economia comparada. Belém, PA: UFPA, NAEA, 1974. 90 p.

BARATA, M. **Formação histórica do Pará**: obras reunidas. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1973. 376 p. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo).

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém, PA: Governo do Estado do Pará, 1973. 2 v.

D' ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975. 297 p. (Reconquista do Brasil, v. 19).

FARIA, A. A. C. **Uma visão da Floresta Nacional do Tapajós (PA)**: Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – junho a setembro de 2003. Belterra: IBAMA, 2004. 118 p.

HOMMA, A .K. O. **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no Sudeste Paraense**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 132 p.

HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 274 p.

HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia:** sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental: Fiepa, 2007. 217 p.

MONTEIRO, B. **História do Pará.** Belém, PA: Delta/O Liberal, 2001. 15 v.

PARÁ. Governo do Estado. **Álbum do Estado do Pará.** Paris: Chaponer, 1908. 350 p.

PONTES FILHO, R. P. **Estudos de história do Amazonas.** Manaus: Editora Valer, 2000. 240 p.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945. 318 p.

REIS, A. C. F. **Síntese de história do Pará.** Belém, PA: Amazônia Edições Culturais, 1972. 157 p.

ROCQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia.** Belém, PA: Amazônia Editora, 1967. 6 v.

SOUSA, H. I. de. **O cacaulista:** cenas de vida do Amazonas. 2 ed. Belém, PA: EDUFPA, 2004. 190 p. (Coleção Amazônia).



Amazônia Oriental

**Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**



CGPE 9004